

UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIA E DEMOGRAFIA ESCRAVAS: SANTA LUZIA, MINAS GERAIS, SÉCULO XIX

Carolina Perpétuo Corrêa

Aluna de Mestrado – Programa de pós-graduação em História FAFICH/UFMG

Bruno Lagoa Estanislau Pugschitz

Bolsista de Iniciação Científica/Aluno de graduação em História FAFICH/UFMG

Introdução¹

O objetivo desse trabalho é investigar se a família escrava na Paróquia de Santa Luzia teria sofrido transformações ao longo dos setenta anos transcorridos entre 1818 e a abolição da escravidão no Brasil, em 1888. Perguntamo-nos principalmente acerca do impacto do fim do tráfico internacional de escravos, em 1850, e do consequente estabelecimento do tráfico interno (ou transferência de mão de obra cativa para os setores mais dinâmicos do Império) na vida familiar e comunitária dos escravos da paróquia em questão.

Problematização

Segundo MARTINS, Minas Gerais teria sido, durante o período de vigência do tráfico internacional, “um pesado importador líquido durante a maior parte do século [XIX], possivelmente o maior dentre todas as províncias brasileiras” (MARTINS, 1980: 4). Esse autor argumenta contra a noção, antes largamente aceita de forma acrítica pela historiografia, de que a mão de obra cativa mineira, subaproveitada desde a crise da mineração no século XVIII, teria suprido de braços, na centúria seguinte, as zonas cafeeiras das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo e busca coligir evidências de que o contrário teria ocorrido. Em suma, durante grande parte do século XIX, “os escravos estavam sendo importados do Rio de Janeiro (ou melhor, da África via Rio de Janeiro) para Minas Gerais e não no sentido inverso” (MARTINS, 1980: 24). Temos, portanto, boa razão para crer que as famílias escravas e as

¹ Esse artigo é parte integrante da pesquisa “O impacto do fechamento do tráfico internacional de escravos sobre a família escrava na Paróquia de Santa Luzia, Minas Gerais, 1818-1888”, financiada pelo CNPq, em andamento na FAFICH/UFMG, sob a coordenação do Professor Douglas Cole Libby. Carolina Perpétuo Corrêa recebe bolsa de mestrado da CAPS e Bruno Lagoa Estanislau Pugschitz é bolsista do PIBIC/CNPq.

comunidades nelas baseadas tivessem experimentado relativa estabilidade na primeira metade do XIX e que parentes não fossem muito comumente separados pela venda naquele momento, situação que Santa Luzia compartilharia com tantas outras localidades mineiras.

Findo o tráfico internacional, em 1850, as coisas poderiam ter mudado de figura. Estudos conduzidos por PAIVA e BOTELHO (1995: 107) indicam que a região Mineradora Central teria perdido população cativa ao longo do período 1855-1872. Estaríamos, assim, assistindo a um movimento de quebra das famílias e da comunidade que teriam se consolidado no período anterior, à medida que membros dessas famílias iam sendo vendidos para regiões economicamente mais dinâmicas, tanto dentro quanto fora da província. É exatamente o impacto do fechamento do tráfico internacional de escravos sobre as famílias cativas que gostaríamos de analisar mais detidamente nesse trabalho, contribuindo para o debate em curso.

Fontes

Estaremos trabalhando com os três livros paroquiais de registros de batismo encontrados para Santa Luzia no século XIX². As informações foram geradas através de uma base de dados, elaborada em Microsoft Excel, que consta de 2651 casos, cada um correspondendo a um assento de batismo no qual pelo menos um membro da família (pai, mãe ou batizado) era escravo. Para cada caso foram definidas 29 variáveis, sendo 19 codificadas e 10 relativas a nomes de pessoas, digitados na íntegra. As variáveis codificadas se referem a: “número do livro de registros paroquiais”, “número da ficha”, “ano do batizado”, “idade do batizado”, “sexo do batizado”, “condição social do batizado”, “legitimidade”, “local de batismo”, “raça do batizado”, “condição social da mãe”, “raça da mãe”, “condição social do pai”, “raça do pai”, “informação sobre os pais consta no registro?”, “pais do batizado pertencem ao mesmo senhor?”, “condição da madrinha”, “raça da madrinha”, “condição do padrinho” e “raça do padrinho”. Constam também os nomes dos batizados, pais, mães, padinhos, madrinhas e do senhor de cada um deles, quando escravos. Os assentos de batismo cobrem, grosso modo, o período

² Livros de Batismos para Paróquia de Santa Luzia: 1818-1833, 1833-1868, 1865-1888. Livros pertencentes ao CEDIC (Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte).

1818-1872, embora existam uns poucos assentos anteriores, mas em número não significativo.

Encontramos um total de 65 diferentes locais de batismo, sendo que mais da metade das cerimônias foi conduzida na Igreja Matriz de Santa Luzia e o restante em várias outras igrejas e capelas. Para a reconstituição de famílias, a base de dados foi utilizada na íntegra. Para a análise qualitativa, excluímos os registros de batismo realizados em locais que mais cedo ou mais tarde foram incorporados ou desmembrados da Paróquia de Santa Luzia e que podemos afirmar, com bastante certeza, não tiveram o total dos batismos neles realizados registrados na circunscrição administrativa que nos interessa. Foi o caso, por exemplo, da Matriz de Nossa Senhora da Saúde da Alagoa Santa, da Capela de Matozinhos e da Capela de Santo Antonio da Venda Nova. As igrejas, capelas, oratórios e pias batismais erigidas em fazendas e sítios de particulares, mesmo quando não apresentavam quantidade uniforme de batismos ao longo do período estudado, foram mantidas. Exceção a Capela de Jagoara, na qual eram realizados os batismos de escravos pertencentes ao Vínculo de Jagoara, que foi excluída devido à quantidade extraordinariamente alta de crianças escravas legítimas que ali receberam o sacramento. Julgamos que, se incluídos na análise, os assentos de Jagoara elevariam artificialmente a taxa de legitimidade geral, enviesando a análise. Essa seleção de locais de batismo a serem incluídos na lista nos deixou 2003 casos no banco de dados, a serem utilizados na análise quantitativa.

Procuraremos contrastar e complementar a análise dos registros paroquiais de batismo com aquelas oriundas da Lista Nominativa dos habitantes do distrito de Santa Luzia, para 1831. Neste caso, trabalhamos com o banco de dados elaborado por pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG³.

Demografia escrava em Santa Luzia

De início procuraremos traçar um perfil da população escrava de Santa Luzia, na primeira metade do século XIX. Optamos por fornecer um “retrato” da situação em 1831, ano no qual foi elaborada a lista nominativa de habitantes para o

³ Roberto Borges Martins, Marcelo Magalhães Godoy, Clotilde Andrade Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins. *Lista Nominativas de Minas Gerais, 1831-1832*. Brasília, Instituto de Pesquisa Aplicada, 2001. Os originais manuscritos pertencem ao Arquivo Público Mineiro.

distrito, tão rica de informações demográficas. Procuramos enriquecer a análise com dados provenientes dos registros paroquiais de batismo.

Neste ano o distrito contava com uma população de 4230 pessoas, das quais 1415 (33%) eram escravas (ver Tabela 1), participação significativa, haja visto que em 1835 apenas 4 dos 36 municípios mineiros logravam conservar uma população cativa maior que 40% de seu total populacional. É uma proporção também muito próxima dos 38,5% encontrados para a próspera Vila de São José no ano de 1831 LIBBY e GRAÇA FILHO (*Inédito*: 7). Essa participação relativamente alta dos escravos na população de Santa Luzia parece indicar, senão uma relativa prosperidade, ao menos um certo dinamismo econômico na década de 1830. Tais evidências vão ao encontro das afirmações de BARBOSA (1995: 295), de que o arraial de Santa Luzia teria se constituído, desde seus primórdios, em um núcleo voltado para mercados locais e sem ligação direta com a economia exportadora, mesmo durante o período de ouro da mineração, tendo se formado enquanto um entreposto comercial para a região de Paracatu, no norte da província. (CORREA, 2002:12)

A análise das ocupações dos 662 chefes de domicílio do distrito parece corroborar a hipótese de um certo dinamismo econômico, confirmando a idéia de um núcleo voltado para o artesanato e o abastecimento interno de outras regiões mineiras. Encontramos ao todo 55 ocupações diferentes, dentre as quais há vários ofícios ligados ao artesanato e uma relativa diversificação profissional, com presença de eclesiásticos, professor, músico, mineiro, cobrador, juiz de vintena, barbeiro, entre outros. “Negociante” e “lavrador” são as duas mais importantes, sendo abraçadas respectivamente por 10,4% e 8,16% dos chefes de domicílio, ficando atrás apenas das “fiadeiras”, que correspondem a 32% do total de chefes⁴ (CORREA, 2002: 25).

Destes 662 fogos, 194 (29,3%) abrigam escravos. Embora não disponhamos de dados relativos ao tamanho dos plantéis, podemos ter uma idéia da estrutura da posse de escravos no distrito analisando a distribuição da população escrava segundo os fogos. Encontramos uma situação de concentração da posse de escravos. Os fogos que contam com de 1 a 9 cativos são de número 160 (82,4% de todos os fogos onde residem escravos) e eles concentram 465 cativos (32,8% da população cativa do distrito). 28 fogos (14,4% de todos os fogos onde há escravos) contém de 10 a 50 cativos, sendo

⁴ Essa predominância de fiadeiras talvez se explique por ser esta a principal ocupação das mulheres chefes, que eram de número 272, sendo cabeças de 41,1% dos fogos.

responsáveis por um total de 423 escravos (29,8% de todos os escravos). Apenas 6 fogos (em torno de 3% daqueles com presença de cativos) abrigam mais de 51 escravos, sendo que o fogo com maior número de escravos conta com 164 almas dessa condição. Esses grandes fogos, portanto, concentram 527 indivíduos de condição escrava, ou seja, 37,2% dessa população. Notamos, portanto, que, embora um grande número de fogos tivesse população escrava residente, a maioria dos cativos do distrito – 950 pessoas ou 67,1% - viviam em fogos médios e grandes (que representavam 26,4% de todos os fogos que abrigavam população cativa no distrito). Os fogos menores, que correspondem a 82,4% de todos os fogos com escravos, abrigavam apenas 29,8% dos mesmos (CORREA, 2002: 24, 25).

Partiremos agora para a análise da população do distrito de Santa Luzia segundo a condição. Ao observar a Tabela 1, a primeira informação que salta aos olhos é que apenas 8 pessoas foram classificadas como forras. Por outro lado, não temos informação sobre a condição de quase 58% da população. Se, em um primeiro momento, parece lógico atribuir a condição livre a esses indivíduos, pode ser também pertinente pensar que alguns deles poderiam ser forros, o que explicaria o tão reduzido número de pessoas incluídas nessa categoria. De acordo com LIBBY e GRAÇA FILHO (*Inédito*: 9), o início do século XIX parece ter assistido a uma atenuação das fronteiras que separavam de forma bastante clara livres de libertos no setecentos. No século XIX parecia importar mais a distinção entre pessoas escravas e não-escravas do que se àquelas pertencentes na última categoria tinham nascido livres.

Com base no que foi dito no parágrafo anterior julgamos pertinente, ao examinar a configuração da população de Santa Luzia segundo idade, sexo e condição, agregar as condições em apenas duas categorias: livres/libertos (livres, sem informação e libertos) e escravos. Os quartados, face ao seu reduzido número, foram excluídos da análise.

A Tabela 2 nos mostra que havia diferenças marcantes entre os perfis das populações escrava e não escrava, quando analisadas segundo condição social, sexo e idade. Como seria de se esperar, a participação relativa do grupo etário de 15 a 44 anos é maior entre a população escrava que entre a livre/liberta. Entre esses últimos, no entanto, o peso das crianças (0 a 14 anos) e dos idosos (65 anos ou mais) é maior que entre a população cativa. Apenas no grupo etário de 45 a 64 anos a participação relativa parecida para as duas populações em questão: 17,4% para livres/libertos e 15,7% para escravos.

As discrepâncias entre as características dessas duas populações tornam-se ainda mais evidentes ao analisarmos a razão de sexo de cada uma delas. Para o total população livre/liberta a razão é 73,4, indicando um predomínio significativo de mulheres. De fato, o número de mulheres excede o de homens em todas as faixas etárias, exceto entre as crianças (para ao grupo etário de zero a 14 anos a razão de sexo é 107,3).

Podemos apenas especular quanto às razões para a relativa escassez de homens no distrito. Talvez a predominância de mulheres (e o alto percentual dessas chefiando domicílios) esteja sugerindo que os homens estavam migrando para outros distritos ou regiões, sinal de que a situação econômica local não ia tão bem assim. Isso constituiria, evidentemente, um paradoxo em relação a conjecturas feitas anteriormente quanto à possível prosperidade do distrito, com seu percentual elevado de população escrava e uma relativa diversificação nas atividades exercidas pelos cabeças dos fogos. Uma outra opção que não podemos deixar de levar em conta, no entanto, refere-se à qualidade da documentação. É plausível pensar que haja uma sub-declaração de homens adultos, já que o levantamento censitário podia ser destinado, entre outros fins, ao recrutamento militar e à cobrança de impostos.

Passando à análise da estrutura da população cativa, notamos que a sua razão de sexo era muito mais equilibrada que a da livre/liberta: 104,9. Podemos notar, inclusive, que a população escrava de Santa Luzia, em 1831, apresentava um maior equilíbrio entre os sexos que a população escrava de Montes Claros, em 1832 (razão de sexo: 149) e em 1872 (122) (BOTELHO, 1994: 71, 72). Se calcularmos a razão de sexo apenas entre os escravos acima de 15 anos, encontramos um número um pouco mais elevado, 110, mas ainda assim denotando um equilíbrio entre os sexos muito maior que o encontrado por SLENES para Campinas em 1801, 1829 e 1872 (razão de sexo respectivamente 192, 286 e 213) (SLENES, 1998: 21)

Desagregando os dados segundo grupos etários (Tabela 3) descobrimos, inclusive, que o número de mulheres chegava a ultrapassar o de homens entre os mais jovens (zero a 14 anos) e entre os mais idosos. Entre os adultos, encontramos uma razão de sexo de 111,6 para aqueles entre 15 e 44 anos e 109,4 para os de 45 a 64.

Essas evidências indicam que a população escrava de Santa Luzia tinha, em 1831, uma estrutura demográfica muito próxima a de uma população que não esteja sofrendo influxo ou afluxo migratório, na qual homens e mulheres tinham, pelo menos em termos

numéricos, a possibilidade de encontrarem maridos e esposas com os quais pudessem formar famílias.

Analisando a Tabela 3, descobrimos que 69,2% dos escravos do distrito eram nascidos no Brasil e apenas 30,2% eram oriundos da África. Ou seja, há indícios de que o tráfico de escravos africanos para a região não era muito intenso. Procurando informações sobre a inserção local no tráfico internacional de escravos, analisamos os batismos de escravos adultos de origem africana.

Há 201 assentos para todo o período estudado, dos quais apenas 8 ocorreram após o fechamento do tráfico atlântico (Tabela 4). Como seria de se esperar, os homens constituem vasta maioria entre os escravos adultos, 69% (Tabela 5). A razão de sexo para todos os escravos africanos adultos que receberam o sacramento no século XIX é também bastante elevada, 224, muito mais alta que a encontrada para o total da população escrava de Santa Luzia como um tudo, em 1831.

A distribuição temporal dos batizados de africanos pode ser examinada mais convenientemente através do Gráfico 1. Durante o triênio 1818-1820 foram batizados 19 escravos adultos de origem africana. Esse número aumenta um pouco no triênio seguinte, para cair em seguida, no triênio 1824-1826. Depois volta a crescer, atingindo seu ponto máximo no triênio 1830-1832, quando são batizados ao todo 59. A partir desse ponto a quantidade de africanos batizados cai constantemente, sendo apenas 20 indivíduos no triênio seguinte. Embora o número de escravos adultos batizados não possa funcionar como um indicador direto do fluxo de cativos de origem africana para Santa Luzia (pois muitas vezes os cativos apresados recebiam o sacramento na região africana de origem ou logo após desembarcar em solo brasileiro), eles permitem caracterizar a localidade enquanto importadora e não exportadora de mão de obra cativa na primeira metade do XIX. Mesmo após o encerramento oficial do comércio negreiro internacional a região teria ainda importado uns poucos escravos.

Ainda assim, percebemos que o recurso dos proprietários ao mercado de escravos africanos não era muito intenso, sendo 6,6 a média anual de escravos africanos batizados na localidade, para o período anterior a 1850 (Tabela 6). Em apenas 9, dos 32 anos decorridos entre 1818 e 1850, foram batizados mais de 6 escravos enquanto em 17 desses 32 anos foram batizados 4 escravos ou menos. O ano com maior incidência de batizados de escravos adultos oriundos da África é 1832, com 41 assentos, seguido por 1822, com meros 16. Note-se também que, até 1835, Santa Luzia já havia batizado 77% de todos os africanos que o seriam no século XIX. Isso vale dizer, se considerarmos os

batizados de africanos como indício do recurso ao mercado de cativos, que mesmo antes do fechamento do tráfico externo Santa Luzia já havia reduzido em muito a sua demanda por escravos africanos importados.

Isso posto, parece bastante plausível, com base no equilíbrio existente entre os séculos e no alto índice de crioulização dessa população e na baixa inserção no tráfico internacional de escravos, especular que a população mancípio de Santa Luzia fosse reprodutiva. No entanto, isso só poderá ser afirmado com alguma segurança uma vez realizadas maiores investigações.

Passaremos agora à análise do casamento entre escravos, comparando, para começar as porcentagens de casados, solteiros e viúvos entre as populações livre/liberta e escrava (CORRÊA, 2002: 31). Analisando o estado civil para os adultos (com 15 anos de idade ou mais), observamos que 34,4% dos livres/libertos aparecem como casados, percentagem duas vezes maior que aquela encontrada para a população escrava, da qual 17,4% são contabilizados como casados.

A porcentagem de viúvos entre esses primeiros é também superior que a encontradas entre os cativos, sendo elas respectivamente 6,9% e 1,9%. É interessante notar, entretanto, que a porcentagem de escravos alguma vez casados (19,3%) é um pouco maior que a encontrada por BOTELHO (1994: 139) para os cativos de Montes Claros em 1872, momento considerado, por esse autor, favorável à melhoria da situação da família cativa. Esse valor se aproxima, também, ao índice de livres alguma vez casados para Montes Claros, no mesmo ano (21%), mas é bem inferior as taxas de escravos algumas vez casados encontradas por SLENES (1998) para Campinas em três momentos distintos do século XIX.

Desagregando nossos dados segundo o sexo, ainda para aqueles indivíduos com 15 anos ou mais, notamos que o percentual de mulheres alguma vez casadas (22,1%) era superior ao dos homens (16,9%) (CORRÊA, 2002: 32, 33). Analisando a taxa de nupcialidade de acordo com a origem dos escravos (nascido no Brasil ou africano), percebemos que os nativos se casavam mais que os africanos: 21% dos primeiros eram casados ou viúvos em 1831, contra apenas 16,6% dos últimos. Curiosamente, as mulheres africanas e as aqui nascidas apresentavam a mesma taxa de nupcialidade: 22%. Entre os homens, entretanto, há diferenças: 19,8% dos nativos eram ou haviam sido algumas vez casados; entre os africanos o percentual era de apenas 13,9%.

Isso posto, é curioso notar que, embora apenas 19% dos escravos adultos eram ou haviam sido formalmente casados, 31,5% das crianças batizadas na paróquia de

Santa Luzia eram filhos legítimos e 64,5%, naturais (Tabela 7). Tais dados parecem indicar que as pessoas envolvidas em uniões formais tinham uma fecundidade um pouco mais elevada que as nominalmente solteiras, sendo proporcionalmente “responsáveis” por mais crianças batizadas na freguesia. Significaria isso que, em Santa Luzia, haveria uma correspondência mais estrita que em localidades estudadas por outros autores entre estabilidade das uniões e formalização das mesmas? Dito de outra forma, os percentuais de casamento formal entre escravos e a taxa de legitimidade parecem sugerir que grande parte das uniões estáveis entre escravos na localidade haviam sido formalizadas perante a Igreja Católica, havendo uma correspondência maior entre relacionamentos estáveis e duradouros entre casais escravos e contração de matrimônio formal. Gostaríamos de deixar bem claro, todavia, que o dito acima não passa de uma hipótese e que, mesmo que essa hipótese fosse confirmada, não eqüivaleria a dizer que poderiam haver entre os escravos relacionamentos informais significativos que fugissem à norma católica.

Em momento algum estamos esquecendo-nos de que os laços de parentesco e solidariedade escravas iam muito além das famílias daqueles sancionados pela Igreja. A documentação por nós utilizada, todavia, pouco nos permite conhecer sobre esses arranjos familiares informais, embora possa trazer-nos informações preciosas no tocante às uniões feitas segundo a norma. É, portanto, sobre aqueles casados perante à Igreja que nos debruçaremos agora, procurando compreender melhor em que moldes se davam essas uniões.

Analizando os assentos de batismo de inocentes (Tabela 8), notamos que o volume dos assentos de batismo de escravos vai decrescendo de forma constante à medida que o século XIX avança, o que é um indício que a hipótese principal de nosso trabalho (de que a partir do fim do tráfico internacional de africanos Santa Luzia teria perdido população escrava para outras regiões de economia mais dinâmica) pode estar correta. Dos 1799 batismos de inocentes, a maior quantidade ocorreu entre 1818 e 1827, quando são registrados 448 assentos. Nos decênios essa quantidade diminui de forma constante, sendo anotados apenas 240 batismos para o decênio 1858-1867.

É surpreendente notar que, a partir de 1871, ano em que entra em vigor a “Lei do Ventre Livre”, os registros de batismo em que os batizados e/ou demais membros de sua família eram explicitamente descritos como escravos praticamente desapareceram. Há apenas 2 registros de crianças filhas de pai e/ou mãe escravos para o ano de 1870, 14 para 1871 e 5 para 1872. Desse ano até 1880 (último coberto pelos registros paroquiais de batismo) não foi encontrado nenhum registro. Esse fato, de patente significação para

esse estudo, ainda precisa ser investigado mais fundo. Sabemos, todavia, que em inventários posteriores a 1872 os escravos e ingênuos (as crianças nascidas após a “Lei do Vento Livre”) ainda constavam na avaliação dos bens dos finados. Podemos, assim, descartar que ventos abolicionistas tenham percorrido a localidade precocemente. Pretendemos, uma vez alcançada a etapa de análise qualitativa/reconstituição de famílias escravas, examinar mais detidamente os registros paroquiais de batismo posteriores a 1868, procurando encontrar ali casais escravos que tenham sido descritos enquanto tais para o período anterior. Assim talvez sejamos capazes de esclarecer se os batismo dos filhos de escravos efetivamente deixaram de ser registrados no livro a partir de 1872 (sendo, talvez, registrados em um outro livro que se perdeu) ou se os batismos de crianças de mães e pais escravos na verdade constam no livro e ao padre apenas pareceu desnecessário designá-los como tal.

Quanto a legitimidade, para o período como um todo, omitindo-se os casos em que não há informação no registro, 33,5% das crianças batizadas eram legítimas e 2,8% eram naturais. Essas taxas precisam ser contextualizadas, sendo comparadas com as de populações escravas e não escravas de outras localidades e também com a população não escrava de Santa Luzia, que está sendo levantada no momento. Por hora podemos apenas assinalar que a taxa de legitimidade aumenta levemente se compararmos o período anterior a 1830 com o período compreendido entre 1831 e 1850 (passa de 32 para 37%), mas cai drasticamente, para apenas 21% em 1850-1872.

A freqüência com que o nome do pai aparece nos registros de batismo acompanha essa tendência. No período anterior a 1830, 31% das crianças tinham informação sobre o pai no assento, contra 42% em 1831-1850 e 21% em 1851-1872. A tendência ao desaparecimento do nome do pai no registro fica mais patente quando desagregamos os dados por década: o nome do pai aparece em 31% dos registros na primeira década estudada, 41% na segunda, 40% na terceira, 29% na quarta e apenas 19% na última.

Sabemos que é muito cedo para buscar explicações sobre essa tendência, mas podemos tecer algumas especulações. Ela pode estar relacionada ao fim do comércio internacional de escravos para o Brasil e a uma suposta perda de vitalidade econômica do município de Santa Luzia na segunda metade do XIX. Com o encarecimento dos cativos, após o fim do tráfico internacional, muitos dos homens adultos tenham sido exportados para regiões mais dinâmicas, desfazendo famílias antes constituídas formalmente. Por outro lado, à medida que a escravidão foi perdendo importância e

legitimidade na região, talvez seja possível supor que os senhores não se teriam sentido motivados a estimular ou permitir casamentos entre seus cativos (e sabemos que um pai escravo, mesmo que presente e vivendo em união consensual, monogâmica, estável e duradoura com a mãe de seus filhos, não aparece nos registros de batismo).

Reconstituição de famílias

Gostaríamos de saber se é possível encontrar os vários filhos de um mesmo casal ou mãe, à medida que eles são batizados, através da união dos assentos de batismo. Temos a intenção, assim, de testar a utilidade da documentação para a averiguação de nossa hipótese de que a primeira metade do XIX teria sido um momento relativamente mais propício para as famílias escravas de Santa Luzia. Como as únicas fontes estáticas no tempo de que dispomos são as listas nominativas de 1831, restringiremos nossa análise ao período 1818-1831.

A operação tem início com a busca de cada uma dessas famílias na lista nominativa, procurando averiguar se seus membros continuavam a viver juntos no instante da elaboração da mesma, com o intuito de vislumbrar algo sobre a estabilidade⁵ das famílias cativas no tempo, ou seja, sobre a duração dos matrimônios e a probabilidade de que as crianças pudessem passar seus anos formativos junto a seus pais.

Vamos aos dados. Dos 353 senhores que batizaram escravos no livro em questão e cujos nomes eram inteligíveis, apenas 81 foram encontrados na lista nominativa. Esses 81 proprietários eram possuidores de 142 famílias cativas, formadas por casais legitimamente casados e sua prole (1 ou mais filhos) e de mães (oficialmente) solteiras e sua prole. Para 56 dessas famílias não conseguimos encontrar nenhum membro. Na maioria dos casos encontramos famílias quebradas, faltando pelo menos um dos membros. É difícil saber se isso se deve à venda ou doação de integrantes do núcleo

⁵ Sem esquecer que, como bem foi colocado por GUTMAN, não havia casamento escravo estável – não porque as uniões não tivessem possibilidade de serem duradouras, mas porque o medo de que um dos cônjuges fosse vendido ou separado no momento da partilha estava sempre presente. Assim todos os casamentos escravos (e famílias escravas) eram inseguros por definição, uma vez que o senhor detinha o poder de quebrá-los, satisfazendo suas necessidades comerciais ou financeiras. Isso não quer dizer, todavia, que os escravos não lutassesem de formas diversas para conservar a integridade de suas famílias e que muitos deles tenham logrado mantê-las unidas. Ver GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books [Random House], 1976, p. 153.

familiar, se pode ser atribuído, ao menos em parte, às altas taxas de mortalidade infantil ou a lacunas na documentação. Retornaremos a esses núcleos familiares partidos; voltemos nossos olhos agora àqueles em que todos os integrantes puderam ser rastreados.

João Baptista Maciel, branco, livre, 57 anos, casado e vivendo de sua agência, tinha em seu fogo, em 1831, sua escrava Prima, crioula, 28 anos, solteira, cozinheira. Prima era mãe de duas crianças, que viviam com ela: Claudino, crioulo, 4 anos e Gracianna, crioula, 10 anos. Note-se que a menina havia logrado passar grande parte da sua infância ao lado da mãe.

Situação semelhante vivia Marianna, crioula, 26 anos, assim com Prima, solteira e cozinheira e, como ela, mãe de duas crianças, batizadas em 1821 e 1828. Maria, crioula, 11 anos e Joana, crioula, 3 anos, viviam com sua mãe no fogo de Francisca Maria de Castro, parda, 44 anos, viúva, florista.

Effigenia, crioula, também teve a mesma sorte. Essa lavadeira, de 28 anos, solteira, residia na propriedade do Furriel Estevão da Silva Lisboa, 58 anos, viúvo, lavrador, juntamente com suas duas crianças, Francisco, crioulo, 12 anos, lavrador e Maria crioula, de 10 anos.

Justina, crioula, 23 anos, solteira, fiadeira, escrava de Euzébia Moreira de Souza, parda 66 anos, viúva, fiadeira, também vivia com seus 3 filhos econtrados no livro de registros paroquiais de batismo. A sorte não parece ter lhe sorrido sempre, entretanto. Seus filhos Jezuita, crioula, 5 anos e Dionizio, pardo, 7 anos, que haviam sido alforriados na pia batismal, aparecem no documento censitário como escravos. O menino mais velho, Joaquim, crioulo, 9 anos, também escravo, vive com eles.

As escravas Claudina, crioula, 18 anos, solteira, fiadeira e Maria, crioula, 40 anos, casada (nada sabemos sobre seu marido), costureira, viviam, em 1831, com seus filhos, respectivamente, a pequena Sofia, de apenas 1 ano e Gabriel, garoto de 12 anos, que passara quase toda a infância ao lado da mãe. Ambas eram escravas do Capitão Antonio da Fonceca Ferreira. Ele era senhor também da família de Vicente, crioulo, 48 anos, casado, lavrador e Cipriana, também crioula, 45 anos, casada, fiadeira. Ele viviam com seus dois filhos Manoel 10 anos e Christa, 12, fiadeira. Note-se que a união desse casal já durava pelo menos 12 anos, idade da filha mais velha de que temos conhecimento. O batismo de Christa data de 1819, um dos anos iniciais cobertos pelo livro de batismo. Dada a idade do casal, é bem provável que eles estivessem juntos há

bem mais tempo, e que tenham tido outros filhos juntos, cujos batismos estariam registrados no livro anterior, que desapareceu.

Antonio Pereira Lopes, senhor de vários escravos, possuía a família da costureira Escolástica, parda de 25 anos, solteira. Ela vivia com seus filhos, ambos pardos, Geraldo, 5 anos e Luiza, 6 anos. Um outro Antonio, esse de sobrenome Pires de Miranda, vigário da Paróquia de Santa Luzia, era senhor do casal Vitorino, crioulo, 52 anos, sapateiro, casado e Roza, crioula, 35 anos, casada, fiadeira e do único filho do casal a aparecer nos assentos de batismo, a crioula Feliscidade, 11 anos, fiadeira. Note-se, como os supracitados Vicente e Cipriana, Vitorino e Roza já se encontravam juntos a mais de onze anos e não seria de se espantar se outros filhos seus fossem encontrados no livro de registros de batismos anterior.

O ourives Sebastião Luis Moreira, pardo, 44 anos, casado, tinha entre seus bens uma família de 4 pessoas. Ela era constituída por uma parda de 50 anos, solteira, cozinheira, de nome Felizarda e suas três crianças, já bem crescidas, Vicente, pardo, 12 anos, João, cabra, 10 anos e Bernarda, parda, 9 anos.

Outras famílias, formadas somente pela mãe e um filho, encontrados vivendo juntos em 1831 são as de Maria, angola, 20 anos, solteira e sua filha Marcelina, crioula, 4 anos, escravos do Comendador Manoel Ribeiro Vianna; Claudina, crioula, 24 anos, solteira, lavadeira e seu filho, Luciano, pardo, 9 anos, escravos do Padre Manoel Antonio de Freitas Caldas; Marciana, crioula, 26 anos, solteira, fiadeira e seu filho Antonio, crioulo, 4 anos, escravos de Jozé Pereira da Silva Bastos, lavrador; Umbelina, parda, 38 anos, solteira, costureira e sua filha Eulália, parda, 14 anos, solteira, rendeira, escravas do Tenente Jozé de Soiza Vianna; Francisca, crioula, 45 anos, solteira, cozinheira e sua filha Joana, crioula, 11 anos, escrava de Joaquina dos Reis. Pararemos a enumeração por aqui, para não cansar ainda mais o leitor. Basta dizer que todos os membros foram encontrados apenas para 18 famílias, das quais 11 são formadas pela mãe e apenas 1 filho e as demais por mãe sozinha e seus dois ou mais filhos ou um casal com um ou mais filhos. Ou seja, das 86 famílias para as quais pelo menos um membro pôde ser localizado, 68 aparecem desfalcadas em 1831, sejam quais forem as razões para tal.

Passando a analisar essas famílias “desfalcadas”, em 16 delas encontramos apenas 1 indivíduo nos fogos. Alguns exemplos são as cozinheiras e crioulas Joaquina, 20 anos, solteira, escrava do Juiz de Vintena Serafim Dias de Abreu, e Jozefa, 26 anos, solteira, escrava do negociante Venâncio Joze da Rocha, cujos filhos, Francisco e

Custódia, não puderam ser encontrados. Ou Ritta cabra, 43 anos, também solteira, fiadeira, escrava do Alferes João do Amaral Terneiro. Mas o caso de Ritta, talvez, seja um pouco diferente. Sua filha Fortunata, que, caso estivesse viva, contaria com pelo menos 22 anos em 1831 (seu assento de batismo data de 1809), fora alforriada em 27 de abril de 1811, quando seu senhor recebera a quantia de 70 mil réis de João de Almeida Negrão. Não pudemos encontrar-la, mas talvez vivesse na região e mantivesse contato com a mãe. A outra filha de Ritta, que levava o mesmo nome da mãe, fora batizada em 1830. Ainda era muito pequena no momento do recenseamento e pode simplesmente não ter sido declarada. Ou talvez a morte a tivesse levado, como acontecia com tantos infantes naquele tempo.

Nove crianças foram encontradas sem os pais. É o caso de Delphina, crioula de 4 anos e seu irmão Amâncio, também crioulo, de 8 anos, ambos escravos de Martinianno Ribeiro da Silva. Não constam no fogo nem a mãe deles, Francisca crioula, nem seus irmãos Bárbara e Severo, batizados, respectivamente, em 1830 e 1824. Todavia, em 4 desses casos pode ser que um dos pais esteja presente, mas alguma incongruência entre o registro de batismo e a lista nominativa não permite afirmar com certeza. Miguel, cabra, 7 anos, consta, no seu assento de batismo, como filho de Joaquina crioula. Nenhuma crioula com esse nome foi encontrada no fogo Francisca Maria de Castro, uma florista, parda, viúva, de 44 anos. Mas há ali uma parda de nome Joaquina, 24 anos, solteira, sem declaração de condição (talvez seja forra), que pode muito bem ser a mãe de Miguel, uma vez que as cores parecem estar ficando um pouco embaçadas no começo do século XIX. Mais três crianças encontram-se em situação semelhante.

Se há crianças aparentemente sem pais, encontramos também casais para os quais não há traços de nenhum dos filhos. Eles somam 6, dos quais Antonio, africano, 42 anos, lavrador e sua esposa, Maria, angola, costureira são um exemplo. Eles foram encontrados no fogo do Cap. Antonio da Fonseca Ferreira, mas não sabemos do paradeiro de sua filha Eva, batizada em 1819. É relevante, entretanto, o fato desse casal de africanos estar casado a pelo menos 12 anos, a se julgar pelo batismo da menina.

De fato, dos 34 casais encontrados nas famílias para os quais sabemos do paradeiro de pelo menos um integrante, 17 cônjuges estavam, aparentemente, separados de seus parceiros. Desses sabemos com certeza que três eram viúvos. Thereza, angola, 32 anos, fiadeira era viúva de Francisco angola, com quem tivera 3 filhos, que ainda viviam com ela. A mais nova, de 7 anos, parece ter sido nomeada em homenagem ao pai e se chamava Francisca como ele. Tinha mais duas irmãs, Maria, crioula, 9 anos e

Fortunata, crioula 11 anos. Note-se que o casamento de Thereza e Francisco durara pelo menos 4 anos, a diferença de idade entre a menina mais velha e a mais nova. Maria, angola, 37 anos, fiadeira, perdera o marido Mariano congo, mas vivia com os filhos crioulos Romana, 4 anos, Francisca, 5 anos, Jerônimo, 6 anos e Paulino, 9 anos. Não encontramos a menina Roza, batizada em 1824. Antonio, congo, 35 anos, lavrador, era viúvo de Ricarda crioula, mas morava com duas das três crianças que haviam tido juntos: Raphael, 7 anos e Jacob, 8 anos. Adão, batizado em 1824, não foi encontrado.

17 matrimônios ainda perduravam, em 1831. Sua duração mínima foi calculada, com base na idade ou data de batismo do filho mais velho para o qual foi localizado um assento de batismo. O tempo mínimo de união encontrado foi 4 anos. Dois casais estavam juntos a pelo menos 5 anos; 1 casal a pelo menos 6; outro a pelo menos 7; 3 a um mínimo de 8; 2 a 9 anos; 1 a 11 anos; 3 a 12 anos; 2 a 13 anos e 1 a 14. Escolhemos esse último casal como exemplo. Sebastião, africano, 39 anos, lavrador, Innocencia, crioula, 36 anos, tecedeira e seu filho Severiano, crioulo, 14 anos, vaqueiro, viviam juntos no fogo de seu senhor, o lavrador Jozé de Souza Vianna. Esse casal, unido a pelo menos uma década e meia, não tinha consigo, no entanto, toda sua prole. Não encontramos as crianças Francisco, Senhorinha e Pacífica, batizados respectivamente em 1825, 1822 e 1820.

Essa breve análise das informações oriundas do cruzamento de nossas duas fontes mostrou-nos, que, embora seja de fato possível encontrar os mesmos indivíduos em momentos diferentes no tempo e conhecer parte dos laços que uniam as pessoas, esses dados não se prestam à análise estatística. Podem ser utilizados como estudos de caso, procedimento que, se estendido por períodos mais longos, pode ser de muita riqueza. Artigos como os de LIBBY e GRAÇA FILHO (*Inédito*) e SLENES (1997) já mostraram o muito que se pode aprender seguindo-se a trajetória de vida de pessoas ou famílias. Em nosso caso, para que possamos avançar mais na análise, é preciso, em primeiro lugar, ampliar o marco temporal. Isso é possível, uma vez que, como já foi dito, existem registros de batismo e casamento para a Paróquia de Santa Luzia para quase a totalidade do século XIX. Parece recomendável, além do mais, que as fontes aqui utilizadas venham a ser combinadas com outros documentos de natureza diversa, tais como inventários post-mortem ou processos criminais.

Considerações finais

Acreditamos que com esse trabalho tenhamos conseguido aprender um pouco sobre a população escrava de Santa Luzia e sua vida familiar. Sabemos que esse distrito, no momento de elaboração da lista nominativa de 1831, contava com uma população relativamente grande e bastante concentrada no fogos com maior número de escravos. Descobrimos também que essa população escrava, embora levemente concentrada na idade adulta, experimentava um relativo equilíbrio entre os sexos, chegando o número de mulheres a superar o de homens entre os infantes e os idosos. Supomos também que a estrutura demográfica dessa população era já bem próxima da de uma população que não experimentava fluxos migratórios intensos e que ela já era majoritariamente nativa, constituindo os africanos uma minoria.

Quando passamos a análise daquelas variáveis que concernem diretamente a família, percebemos que uma porcentagem pequena, porém significativa, era capaz de contrair matrimônio nos moldes da Igreja Católica, sem nos esquecermos que provavelmente um percentual muito maior de casais vivia junto em uniões tão estáveis quanto o possível (dada a instabilidade intrínseca a uniões entre cativos), mas que jamais eram formalizadas.

Os dados parecem indicar que a família em Santa Luzia teria encontrado uma situação de relativa estabilidade durante a primeira metade do oitocentos. A legitimidade e a quantidade de pais que constam nos registros de batismo tenderam inclusive a aumentar levemente após 1830. Essa situação, todavia, parece ter se alterado a partir de fechamento do comércio internacional de escravos, que teria dado início a um comércio de escravos a nível local e provincial que antes tinha pouca significação. Notamos, assim, que o número de assentos de batismos de escravos decai à medida que o século XIX avança, indicando a progressiva perda de importância e legitimidade da escravidão na localidade. Vale lembrar que os registros de batismos de escravos chegam mesmo a desaparecer dos livros após a Lei do Ventre Livre.

As tendências da taxa de legitimidade e da freqüência com que o nome do pai aparecem no registro parecem confirmar essa hipótese, sofrendo ambas notável decréscimo na segunda metade do século.

Passando à reconstituição de famílias escravas, através do cruzamento da lista nominativa e dos registros paroquiais de batismo, descobrimos que, embora ela possa ser feita, os resultados não são passíveis de análise estatística. Ainda assim, e apesar de todas as limitações impostas pelo pequeno intervalo de tempo analisado e pelas lacunas

na documentação, ela nos permitiu perceber que, embora a grande maioria dos escravos aparentemente experimentasse perda de familiares e suas relações fossem caracterizadas pela instabilidade (fosse ela devida à morte, à venda ou à partilha, o que não podemos conhecer), muitas famílias logravam permanecer juntas ao longo do tempo. É o caso de cônjuges que conseguiam permanecerem juntos por vários anos e de filhos que passavam seus anos formativos na presença de pais e irmãos. Fechando com a frase de um velho escravo citado por GUTMAN “*White folks do as they please, and the darkies do as they can.*” (GUTMAN, 1976: 99)

Tabelas e gráficos

Tabela 1
População, segundo condição social , por Sexo
Distrito da Paróquia de Santa Luzia, 1831

	Homem		Mulher		Total		Razão de sexo
	N	%	N	%	N	%	
Sem Informação	1020	53,2	1424	61,6	2444	57,8	71,6
Livre	169	8,8	192	8,3	361	8,5	88,0
Escravo	725	37,8	690	29,8	1415	33,5	105,1
Liberto	2	0,1	6	0,3	8	0,2	33,3
Quartado	1	0,1	1	0,0	2	0,0	100,0
Total	1917	100,0	2313	100,0	4230	100,0	82,9

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de 1831/32 (microdados)

Tabela 2

População, por idade, segundo sexo e condição social

Distrito da Paróquia de Santa Luzia, 1831

Grupo	Livre/liberto					Escravo				
	Homem		Mulher		Razão	Homem		Mulher		Razão
De	N	%	N	%	de sexo	N	%	N	%	de sexo
Idade										
0-14	484	40,6	451	27,8	107,3	171	23,6	188	27,2	91,0
15-44	431	36,2	783	48,3	55,0	414	57,2	371	53,8	111,6
45-64	200	16,8	292	18,0	68,5	116	16,0	106	15,4	109,4
65 e +	76	6,4	96	5,9	79,2	23	3,2	25	3,6	92,0
Total	1191	100,0	1622	100,0	73,4	724	100,0	690	100,0	104,9

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de 1831/32 (micródados)

Tabela 3

População escrava, por idade, segundo sexo e origem

Distrito da Paróquia de Santa Luzia, 1831

Grupo	Nativos						Africanos									
	Homem		Mulher		Total		Razão		Homem		Mulher		Total		Razão	
De	N	%	N	%	N	%	sexo	N	%	N	%	N	%	N	%	sexo
Idade																
0-14	156	35,5	168	31,2	324	33,1	92,9	12	4,3	18	12,2	30	7,0	66,7		
15-44	224	50,9	279	51,8	503	51,4	80,3	188	67,4	91	61,5	279	65,3	206,6		
45-64	48	10,9	76	14,1	124	12,7	63,2	68	24,4	30	20,3	98	23,0	226,7		
65 e +	12	2,7	16	3,0	28	2,9	75,0	11	3,9	9	6,1	20	4,7	122,2		
Total	440	100,0	539	100,0	979	100,0	81,6	279	100,0	148	100,0	427	100,0	188,5		

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de 1831/32 (micródados)

Nota: excluindo aqueles para os Quais a raça é "sem informação" ou "outros"

Tabela 4

Batismos de adultos africanos, por trienios

Ano	Número de Assentos		
1700-1817	1	0,50	0,50
1818-1820	19	9,45	9,95
1821-1823	23	11,44	21,39
1824-1826	15	7,46	28,86
1827-1829	18	8,96	37,81
1830-1832	59	29,35	67,16
1833-1835	20	9,95	77,11
1836-1838	14	6,97	84,08
1839-1841	12	5,97	90,05
1842-1844	7	3,48	93,53
1845-1847	3	1,49	95,02
1848-1850	2	1,00	96,02
1851-1853	6	2,99	99,00
1854-1856	1	0,50	99,50
1857-1859	0	0,00	0,00
1860-1862	1	0,50	100,00
Total	201	100	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo 1818-1872

Gráfico 1

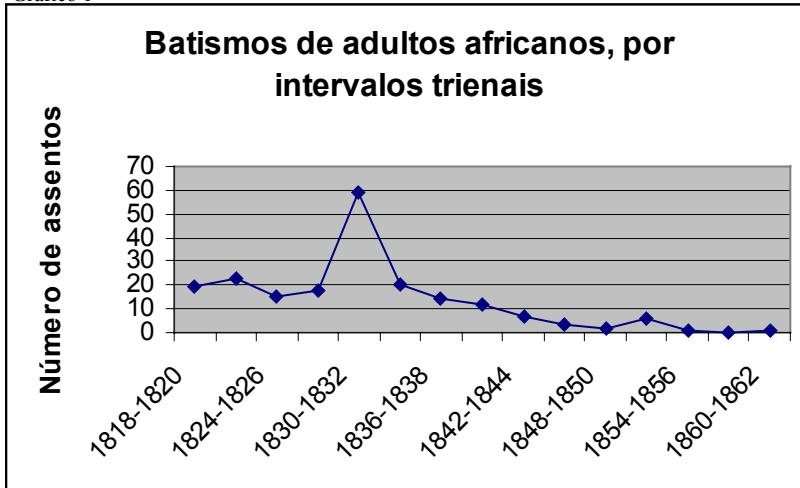


Tabela 5

Sexo de adultos africanos batizados, Santa Luzia
1818-1872

	N	%
Masculino	139	69,2
Feminino	62	30,8
Total	201	100,0
Razão de sexo	224	

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo 1818-1872

Tabela 6

Batismos de adultos africanos, por ano - Paróquia de Santa Luzia

Ano do Batismo	N	%	% Cumulativa	Ano do Batismo	N	%	% cumulativa
813	1	0,50	0,50	835	2	1,00	77,11
818	5	2,49	2,99	836	3	1,49	78,61
819	4	1,99	4,98	837	4	1,99	80,60
820	10	4,98	9,95	838	7	3,48	84,08
821	5	2,49	12,44	839	6	2,99	87,06
822	16	7,96	20,40	840	2	1,00	88,06
823	2	1,00	21,39	841	4	1,99	90,05
824	1	0,50	21,89	842	2	1,00	91,04
825	2	1,00	22,89	843	1	0,50	91,54
826	12	5,97	28,86	844	4	1,99	93,53
827	7	3,48	32,34	847	3	1,49	95,02
828	4	1,99	34,33	849	2	1,00	96,02
829	7	3,48	37,81	852	3	1,49	97,51
830	14	6,97	44,78	853	3	1,49	99,00
831	4	1,99	46,77	854	1	0,50	99,50
832	41	20,40	67,16	862	1	0,50	100,00
833	15	7,46	74,63	Total	201	100	
834	3	1,49	76,12				

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo 1818-1872

Tabela 7

Legitimidade dos inocentes batizados em Santa Luzia, Século XIX

Legitimidade					
	Legítimo	Natural	N/a (batizado de africanos)	Desconhecido	Total
Até 1830	177	362	1	21	561
%	31,6	64,5	0,2	3,7	100,0
1831-1850	283	390	5	87	765
%	37,0	51,0	0,7	11,4	100,0
1851-1872	102	364	2	5	473
%	21,6	77,0	0,4	1,1	100,0
Total	562	1116	8	113	1799
%	31,2	62,0	0,4	6,3	100,0

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo 1818-1872

Tabela 8

Frequencia de batismos de inocentes por decênios, Paróquia de Santa Luzia, Século XIX

	N	%	% cumulativa
1700-1817	20	1,111729	1,111729
1818-1827	448	24,90272	26,01445
1828-1837	389	21,62312	47,63758
1838-1847	362	20,12229	67,75987
1848-1857	281	15,61979	83,37966
1858-1867	240	13,34074	96,7204
1868-1872	59	3,2796	100
Total	1799	100	

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo 1818-1872

Tabela 9

Informação pais aparece no registro?

(Batismos de inocentes, Paróquia de Santa Luzia, Século XIX)

	só da mãe	só do pai	de ambos	de nenhum	Total
Até 1830	381	2	176	2	561
%	67,9	0,4	31,4	0,4	100
1831-1850	431	2	324	8	765
%	56,3	0,3	42,4	1,0	100
1851-1872	371		100	2	473
%	78,4		21,1	0,4	100
Total	1183	4	600	11	1799
%	65,7	0,2	33,3	0,6	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo 1818-1872

Bibliografia

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.
- BOTELHO, Tarcísio R. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. Universidade de São Paulo, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- CORREA, Carolina Perpétuo. Um estudo sobre a família escrava na Paróquia de Santa Luzia, Minas Gerais, 1818-1833. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. (Monografia de Bacharelado).
- COSTA, Joaquim Ribeiro da. Toponímia de Minas Gerais. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- GUTMAN, Herbert G. The black family in slavery and freedom, 1750-1925. New York: Pantheon Books [Random House], 1976.
- HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.
- LIBBY, Douglas Cole e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Manumission practices and the manumitted: revisiting the Parish of São José (Brazil), 1750-1850. (Inédito).
- MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.
- MARTINS, Roberto Borges. A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.
- MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- NADALIN, Sérgio Odilon. A demografia numa perspectiva histórica. ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), Belo Horizonte, 1994.
- PAIVA, Clotilde. População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX. Universidade de São Paulo, 1996. (Tese de Doutorado).
- PAIVA, Clotilde Andrade e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. Anais do VII Seminário sobre Economia Mineira: CEDEPLAR, 1995.
- População e Família - Vol. 1, no.1 (jan./jun. 1998) - São Paulo:

CEDHAL/USP/Humanitas, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. As Mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. In: História, São Paulo, 12: 49-61, 1993.

SLENES, Robert W. Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. “Senhores e subalternos no Oeste paulista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de e NOVAIS, Fernando A. (orgs.). História da Vida Privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Fontes Primárias

Roberto Borges Martins, Marcelo Magalhães Godoy, Clotilde Andrade Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins. *Lista Nominativas de Minas Gerais, 1831-1832*. Brasília, Instituto de Pesquisa Aplicada, 2001. Os originais manuscritos pertencem ao Arquivo Público Mineiro.

Livros de Registros Paroquiais de Batismo. Paróquia de Santa Luzia, 1818-1888. Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte.